

Sumário

I – Comissão de Direito Constitucional	9 teses
II – Comissão de Direito Administrativo	17 teses
III – Comissão de Direito Tributário e Financeiro	10 teses
IV – Comissão de DPC	11 teses
V - Direito Civil e Empresarial	1 tese
VI – Comissão de Direito Ambiental	7 teses
VII – Comissão de Direito do Trabalho	1 tese
VIII – Comissão de temas especiais- CT&I	12 teses
IX – Comissão de Temas institucionais e Fortalecimento da Carreira	11 teses
X – Comissão de Direitos Humanos	6 teses
TOTAL	85 admitidas

Distribuição das Salas

Distribuição das Salas

Sala	Localização – nome da sala	Comissão Temática	Horário	N. de teses
1	ORION – 50 LUGARES	VII – Comissão de Direito do Trabalho e Processual Trabalhista	23/9/25 9h20-12h	5
		IV – Comissão Direito Processual Civil e Métodos de Solução de Conflitos – parte 1		
2	SKY – 90 LUGARES	IX - Comissão de Temas Institucionais e de Fortalecimento da Carreira – parte 1	23/9/25 9h20-12h	6
3	MOON – 50 LUGARES	VIII – Comissão de temas especiais – Políticas Públicas, Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) – parte 1	23/9/25 9h20-12h	6
4	SKY – 90 LUGARES	II - Direito Administrativo- parte 1	23/9/25 13h30-16h30	7
5	ORION – 50 LUGARES	IV – Comissão de Direito Ambiental	23/9/25 13h30-16h30	7
6	MOON – 50 LUGARES	VIII – Comissão de temas especiais – Políticas Públicas, Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) – parte 2	23/9/25 13h30-16h30	6
7	ORION – 50 LUGARES	X – Comissão de Direitos Humanos	24/9/25 9h - 12h	6
8	MOON – 50 LUGARES	IX - Comissão de Temas Institucionais e de Fortalecimento da Carreira – parte 1	24/9/25 9h - 12h	6
		V – Comissão de Direito Civil e Empresarial		
9	SKY – 90 LUGARES	IV – Comissão Direito Processual Civil e Métodos de Solução de Conflitos – parte 2	24/9/25 9h - 12h	7
10	SKY – 90 LUGARES	III - Comissão de Direito Tributário e Financeiro	24/9/25 14h – 18h	10
11	MOON – 50 LUGARES	II - Direito Administrativo- parte 2	24/9/25 14h – 18h	10
12	ORION – 50 LUGARES	I – Comissão de Direito Constitucional – parte 2	24/9/25 14h – 18h	9

23/9/25 – MANHÃ – 9H20-12H

SALA 1

Dia 23/9/25 – horário – SALA 1		
VII – Comissão de Direito do Trabalho e Processual Trabalhista – 1 tese		
IV – Comissão Direito Processual Civil e Métodos de Solução de Conflitos – parte 1 – 4 teses		
<u>REFLEXÕES A RESPEITO DOS IMPACTOS DO JULGAMENTO DO TEMA 1.118 SOBRE A DIVISÃO DO ÔNUS DA PROVA TRABALHISTA NA APRECIÇÃO DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ESTADO.</u> (328)	9h20-9h50 (trabalho)	1
<u>O PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS OU AJUSTES (ART. 357, §1º, CPC): INSTRUMENTO PARA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DE UM PROCESSO EFICIENTE</u> (410)	9h50-10h15	2
<u>BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O DEVIDO PROCESSO LEGAL DAS CÂMARAS PÚBLICAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS</u> (417)	10h15-10h40	3
Processo Estrutural na Saúde Pública: Diálogo Institucional da Advocacia Pública como Instrumento de Efetividade Jurisdicional e Equidade no SUS (399)	10h40-11h05	4
<u>Governança na atuação finalística da advocacia pública: o uso estratégico do recurso extraordinário com repercussão geral e cooperação com a jurisdição constitucional.</u> (402)	11h05-11h30	5

SALA 2

Dia 23/9/25		
Sala 2- IX Comissão de Temas Institucionais e de Fortalecimento da Carreira – parte 1		
ADVOCACIA PÚBLICA E BOA GOVERNANÇA: TUTELA DE DIREITOS INDÍGENAS E DO MEIO AMBIENTE PARA UM FUTURO MAIS INCLUSIVO (389)	9h20-9h50	1
Representatividade e Equidade na Advocacia Pública: Propostas para uma Agenda Institucional Transformadora (385)	9h50-10h15	2
Do caso Maria da Penha à atuação estratégica da Advocacia Pública: Perspectivas para uma Justiça de Gênero (384)	10h15-10h40	3
Parecer Conjunto: O papel da Advocacia Pública na gestão do risco jurídico (380)	10h40-11h05	4
LICENÇA-MATERNIDADE E ESTÁGIO PROBATÓRIO NA ADVOCACIA PÚBLICA: IGUALDADE DE GÊNERO E JURISPRUDÊNCIA CONSTITUCIONAL (379)	11h05-11h30	5
COMUNICAÇÃO EFICIENTE E LINGUAGEM SIMPLES COMO INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA NA ADVOCACIA PÚBLICA? PROJETO SIMPLIFIQUE (378)	11h30-11h55	6

Sala 3

Dia 23/9/25 – – SALA 3		
VIII – Comissão de temas especiais – Políticas Públicas, Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) – parte 1 – 6 teses		
<u>Quem faz valer o Tema 1.234? Investigando as reclamações no STF sobre competência nas ações de fornecimento de medicamento</u> (387)	9h20-9h50	1
<u>O uso da inteligência artificial na prevenção de fraudes praticadas por falsos advogados em aplicativos de mensagem</u> (393)	9h50-10h15	2
<u>HYPE, HOPE OU HIPOCRISIA: O FUTURO DO TRABALHO JURÍDICO NAS PROCURADORIAS COM A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL</u> (396)	10h15-10h40	3
<u>Monitoramento de Processos Judiciais e a Advocacia Pública: governança e aperfeiçoamento das políticas públicas</u> (403)	10h40-11h05	4
<u>INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ADVOCACIA PÚBLICA: COMPATIBILIDADE COM A LGPD E SEGURANÇA JURÍDICA NO EXERCÍCIO FUNCIONAL</u> (405)	11h05-11h30	5
<u>Projeto Monitor Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Estado do Pará: uma parceria exitosa entre a Administração Pública e o Terceiro Setor.</u> (407)	11h30-11h55	6

SALA 4

Dia 23/9/25 – horário das 13h30 às 16h00		
SALA 4		
II – Comissão de Direito Administrativo - parte I		
<u>Governança sob perspectiva de gênero: sugestões práticas para implementação</u> (365)	13h30—13h50	1
<u>POR UMA POLÍTICA ESTADUAL DE APROVEITAMENTO SOCIOECONÔMICO DE BENS PÚBLICOS: COMENTÁRIOS SOBRE O ANTEPROJETO DE LEI DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ</u> (421)	13h50-14h15	2
<u>Arquitetura de escolhas e regulação do setor de saneamento básico – Panorama do Direito Português e perspectivas para o Brasil</u> (419)	14h15-14h40	3
<u>DOSIMETRIA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: COMO SUPERAR POSSÍVEIS ARMADILHAS EM REGRAS DA LEI Nº 14.133/2021</u> (416)	15h05-15h30	4
<u>Judicialização das Contratações Temporárias: entre a nulidade e o desvirtuamento nos Temas de Repercussão Geral 916 e 551</u> (401)	14h40-15h05	5
<u>OS NOVOS PODERES DOS ESTADOS NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA EM IMÓVEIS PRÓPRIOS PREVISTOS NA LEI 14.620/2023 – INSTAURAR, PROCESSAR E APROVAR A REURB</u> (390)	15h30-15h55	6
<u>A delegação de serviço público por meio de dispensa de licitação em razão de emergência ou calamidade pública: inaplicabilidade do prazo máximo de um ano previsto na Lei Geral de Licitações</u> (381)	15h55-16h20	7

Sala 5

Sala 5 - IV – Comissão de Direito Ambiental - Sala 2 - 50 pessoas		
<u>A PARTICIPAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL</u> (329)	13h30—13h50	1
<u>Papel da Advocacia Pública na Concretização da Justiça Ambiental</u> (355)	13h50-14h15	2
<u>NATUREZA JURÍDICA DOS CONTRATOS DE CRÉDITO DE CARBONO EM ÁREAS DE USO TRADICIONAL</u> (363)	14h15-14h40	3
<u>TEM, MAS ACABOU! O ESTADO FRENTE À FINITUDE DOS RECURSOS NATURAIS</u> (367)	15h05-15h30	4
<u>Análise jurídica da concessão florestal como instrumento de infraestrutura e gestão sustentável na Amazônia Legal</u> (413)	14h40-15h05	5
<u>CONCESSÃO FLORESTAL E SUSTENTABILIDADE: O CASO DA UNIDADE DE MANEJO NA FLOTA PARU NO ESTADO DO PARÁ.</u> (422)	15h30-15h55	6
<u>A COMPETÊNCIA PARA DEFINIÇÃO DO “SIGNIFICATIVO IMPACTO AMBIENTAL” NO LICENCIAMENTO</u> (377)	15h55-16h20	7

SALA 6

Sala 6 VIII – Comissão de temas especiais – Políticas Públicas, Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) – parte 2		
<u>A ADVOCACIA PÚBLICA COMO PILAR PARA A GARANTIA DA DEMOCRACIA NO CRESCENTE CONTEXTO DE JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E SUA EFETIVA ATUAÇÃO NOS TEMAS DE REPERCUSSÃO GERAL N°. 6 E 1234</u> (326)	13h25—13h50	1
<u>PROJETO COMEÇAR DE NOVO: A ATUAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DA BAHIA NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS APENADOS</u> (339)	13h50-14h15	2
<u>CONTRATOS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO COMO INDUTORES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL</u> (349)	14h15-14h40	3
<u>A SAÚDE MENTAL DOS ADVOGADOS PÚBLICOS DO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA DISCUSSÃO MAIS APROFUNDADA EM TORNO DO ASSUNTO</u> (352)	15h05-15h30	4
<u>A ATUAÇÃO CONTENCIOSA ESTRATÉGICA DA ADVOCACIA PÚBLICA NA DEFESA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ENTRE JUDICIALIZAÇÃO E GOVERNANÇA</u> (358)	14h40-15h05	5
<u>Monitoramento de Processos Judiciais e a Advocacia Pública: governança e aperfeiçoamento das políticas públicas</u> (382)	15h30-15h55	6

Sala 7

Dia 24/9/25 (manhã e tarde) – 9h-12h e 14h-18		
Sala 7 - X – Comissão de Direitos Humanos -		
<u>Os 30 anos da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim: principais desafios sanitários e as políticas públicas de gênero.</u> (336)	9h00-9h25	1
<u>A ATIVIDADE CONSULTIVA DOS ADVOGADOS PÚBLICOS EM DEFESA DAS MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE</u> (342)	9h25-9h50	2
<u>Cotas raciais e o desafio da efetividade: Um estudo empírico sobre o acesso de candidatos negros à carreira de Procurador do Estado de Mato Grosso do Sul</u> (391)	9h50-10h15	3
<u>O COMITÊ DE EQUIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO (CEDI/PGE-MA) E SEUS IMPACTOS NA GOVERNANÇA PÚBLICA</u> (400)	10h15-10h40	4
<u>MICROSSISTEMA DE PROTEÇÃO À PRIMEIRA INFÂNCIA: o Estado que você representa tem um?</u> (408)	10h40-11h05	5
<u>Políticas Educacionais para Povos Indígenas: Experiências do Amapá e da Bahia na Construção da Carreira do Professor Indígena.</u> (412)	11h05-11h30	6

Sala 8

24/9/25 - Sala 8 – IX - Comissão de Temas Institucionais e de Fortalecimento da Carreira – parte 2 V – Comissão de Direito Civil e Empresarial		
Advocacia Pública e seu papel em tempos de neoconsensualismo (368)	9h00-9h25	1
ADVOCACIA PÚBLICA E JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA: CAMINHOS PARA UMA GOVERNANÇA EFICIENTE E RESOLUTIVA (366)	9h25-9h50	2
<u>HONORÁRIOS DECORRENTES DA ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA ADVOCACIA PÚBLICA: A INCONSTITUCIONALIDADE DE SUA REDUÇÃO E EXTINÇÃO PELOS ENTES FEDERATIVOS</u> (331)	9h50-10h15	3
<u>O papel da advocacia pública na governança do sistema de defesa do consumidor: a experiência do núcleo do Procon na PGE/ES</u> (327)	10h15-10h40	4
<u>DIÁLOGO COMPETITIVO: uma modalidade licitatória que aponta para um futuro mais sustentável e mais democrático</u> (423)	10h40-11h05	5
<u>Propriedade Pública e Regularização Fundiária: o papel da Advocacia Pública na superação da ‘titulação’ e reducionismo dominial</u> (373)	11h05-11h30 civil	6

SALA 9

Sala 9 -- 24/9/25 - IV – Comissão Direito Processual Civil e Métodos de Solução de Conflitos – parte 2		
<u>Após o Tema 769: Parâmetros para a viabilização da penhora de faturamento na Execução Fiscal</u> (333)	9h00-9h25	1
<u>O PAPEL DA ADVOCACIA PÚBLICA NA CONCRETIZAÇÃO DA EFICÁCIA TEMPORAL DOS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS ACERCA DA CORREÇÃO MONETÁRIA DOS DÉBITOS DA FAZENDA PÚBLICA EM FACE DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA TR NO TEMA 810 DO STF E OS LIMITES TRAÇADOS PELOS TEMAS 1170 E 1361</u> (338)	9h25-9h50	2
<u>APLICAÇÃO DO TEMA 810/STF E COISA JULGADA</u> (341)	9h50-10h15	3
<u>Inconstitucionalidade da Supressão dos Honorários Sucumbenciais do CPC em razão de interpretação conferida à Lei Estadual de anistia</u> (347)	10h15-10h40	4
<u>UMA REFLEXÃO SOBRE O BINÔMIO CAUSALIDADE E SUCUMBÊNCIA NAS AÇÕES DE SAÚDE ENVOLVENDO MEDICAÇÕES NÃO INCORPORADAS PELO SUS</u> (369)	10h40-11h05	5
<u>Reforma Tributária e Precedentes: limites na aplicação para as novas figuras tributárias</u> (372)	11h05-11h30	6
<u>A competência para julgamento das ações de produtos de Cannabis e os precedentes do STJ</u> (392) <u>Processo Estrutural na Saúde Pública: Diálogo Institucional da Advocacia Pública como Instrumento de Efetividade Jurisdicional e Equidade no SUS</u> (399)	11h30-11h55	7

SALA 10

24/9/25 - Sala 10 –14h-18h		
III – Comissão de Direito Tributário e Financeiro		
<u>ACORDO COM PENHORA DE FATURAMENTO NA EXECUÇÃO FISCAL: um caminho possível à luz da experiência da PGE/RS</u> (335)	14h00-14h25	1
<u>A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL NO COMBATE ÀS FRAUDES FISCAIS ESTRUTURADAS NO ÂMBITO DO ESTADO BRASILEIRO: EXPERIÊNCIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE</u> (343)	14h25-14h50	2
<u>TRIBUTAÇÃO FEDERAL DAS COMPETÊNCIAS FISCAIS ESTADUAIS: UMA PROPOSTA DE ADIN</u> (350)	14h50 – 15h15	3
<u>A INCOMPATIBILIDADE ENTRE O INCIDENTE DE CLASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO PÚBLICO E O PRAZO DECADENCIAL DO ART. 10, §10, DA LEI Nº 11.101/05.</u> (375)	15h15-15h40	4
<u>Resoluções Vinculantes do Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias: Análise de Constitucionalidade</u> (394)	15h40-16h05	5
<u>A TRANSAÇÃO COMO MECANISMO DE SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA E O USO DE NUDGES: PERSPECTIVAS NA RECUPERAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO DE PEQUENO VALOR</u> (406)	16h05-16h30	6
<u>Advocacia Pública no Contencioso Administrativo Tributário sob a Ótica do Federalismo Fiscal e a Reforma Tributária – Emenda Constitucional nº 132/2023</u> (411)	16h30-16h55	7
<u>A ADVOCACIA PÚBLICA: LEGÍTIMA INTÉRPRETE JURÍDICA DO IBS E DA CBS NO ESTADO DE DIREITO</u> (414)	16h55-17h20	8
<u>Recurso Especial representativo de controvérsia. O descabimento de IDPJ em sede de Medida Cautelar Fiscal.</u> (360)	17h20-17h45	9
<u>GOVERNANÇA ORÇAMENTÁRIA E EMENDAS PARLAMENTARES: DESAFIOS À TRANSPARÊNCIA E AO CONTROLE INSTITUCIONAL NO FEDERALISMO BRASILEIRO.</u> (409)	17h45-18h	10

SALA 11

Sala 11 - 24/9/25 -		
II - Direito Administrativo - parte 2		
<u>OS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES QUE INVESTIGAM CASOS DE ASSÉDIO CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ: NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE VÍTIMA OU TESTEMUNHA DE VIOLÊNCIA (LEI FEDERAL 13.431/2017) NA ESFERA ADMINISTRATIVO-DISCIPLINAR.</u> (374)	14h00-14h25	1
<u>A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO COMO INSTRUMENTO JURÍDICO VÁLIDO E ADEQUADO PARA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE TERRAS PÚBLICAS ESTADUAIS OCUPADAS POR COMUNIDADES DE FUNDOS DE PASTOS OU FECHOS DE PASTOS NO ESTADO DA BAHIA</u> (330)	14h25-14h50	2
<u>Vedação à recuperação judicial de concessionárias de serviço público – Análise do Projeto de Lei nº 7.063/2017</u> (364)	14h50 – 15h15	3
<u>Acordos administrativos em PAR e repactuação de leniências: uma análise sobre a (des)necessidade de previsão normativa específica e sobre as cautelas necessárias</u> (361)	15h15-15h40	4
<u>VIABILIDADE JURÍDICA DA COMUNICAÇÃO DOS CUSTODIADOS COM O MUNDO EXTERIOR ATRAVÉS DE TELEFONES FIXOS INSTALADOS NAS UNIDADES PENITENCIÁRIAS</u> (357)	15h40-16h05	5
<u>Presente de grego? Doação onerosa ao Poder Público - Limites e Repercussões</u> (354)	16h05-16h30	6
<u>É possível promover a atividade econômica mesmo diante de corrupção? O papel da Advocacia Pública</u> (340)	16h30-16h55	7
<u>Direito Intertemporal e o Princípio da Retroatividade da Norma Benéfica no Processo Administrativo Sancionador na Licitação</u> (337)	16h55-17h20	8
<u>Dispensa de Licitação por Valor: A Controvérsia sobre o Cálculo do Limite em Contratos de Serviços e Fornecimentos Contínuos.</u> (332)	17h20-17h45	9
<u>ADVOGADO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO: UM PERFIL PROFISSIONAL POLIÉDRICO</u> (383)	17h45-18h10	10

SALA 12

24/9/25 - Sala 12		
I - Direito Constitucional I – parte 2		
<u>MIGRAÇÃO AO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E BENEFÍCIO ESPECIAL</u> (344)	14h00-14h25	1
<u>Desafios para a proteção de dados na desestatização de empresas de tecnologia</u> (345)	14h25-14h50	2
<u>A Proteção Jurídica das Pessoas Portadoras de Transtornos Mentais em Conflito com a Lei: A Importância da Construção de Projetos Estruturantes na Perspectiva da Política Antimanicomial</u> (348)	14h50 – 15h15	3
<u>Análise da incidência de honorários advocatícios na execução da ação popular promovida pela Fazenda Pública</u> (362)	15h15-15h40	4
<u>O pertencimento étnico indígena: um debate sobre a judicialização do concurso público para professores indígenas em Roraima</u> (370)	15h40-16h05	5
<u>A regulação da Inteligência Artificial no Brasil: entre a inovação e a proteção de direitos na era algorítmica</u> (386)	16h05-16h30	6
<u>O PROJETO DE REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ESTRUTURAL (PL nº 3/2025), O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E A VIOLAÇÃO DA SEPARAÇÃO DE PODERES</u> (404)	16h30-16h55	7
<u>O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DA CULTURA POR GRUPOS VULNERÁVEIS: meios de tornar os editais de cultura mais acessíveis, inclusivos e democráticos</u> (415)	16h55-17h20	8
<u>REFLEXÕES SOBRE A COISA JULGADA ENQUANTO GARANTIA FUNDAMENTAL</u> (418)	17h20-17h45	9